



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

Plenária Ordinária Cepct-MG			
Data	09/09/2024	Horário	14:00 às 18:00
Local	Av. Prof. Rui Braga, s/n - Vila Mauriceia, Montes Claros - MG, 39401-089. Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro. Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - Montes Claros - Minas Gerais.		
Pauta	1) Participação do Presidente do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, CNPCT: PRIMAVERA DOS POVOS RUMO À COP 30 Ancestralidade, Justiça Climática e Direitos Territoriais! 2. Andamento dos processos de Emissão de Certidão de Autodefinição de Povos e Comunidades Tradicionais da CEPCT-MG		

<p>Participantes</p>	<p>Cléver Alves Machado - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Adriano Tostes de Macedo - Titular - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD;</p> <p>Nicole Faria Batista - Titular - Fundação Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA;</p> <p>Gustavo de Oliveira Celestino - Suplente - Fundação Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA;</p> <p>Kelly da Silva - Titular - Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG;</p> <p>Heiberle Hirsberg Horácio - Titular - Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES;</p> <p>Letícia Horta Vilas Boas - Titular - Instituto Estadual de Florestas – IEF;</p> <p>Geralda Maria Soares da Silva - Titular - Apanhadores de Flores Sempre Vivas;</p> <p>Maxwell Moreira Pio - Titular - Carroceiros;</p> <p>Orlando dos Santos - Titular - Geraizeiros;</p> <p>Clarindo Pereira dos Santos - Titular - Pescadores Artesanais;</p> <p>Antônio Áureo do Carmo - Suplente - Faíscaadores;</p> <p>Flanner Fantoni Bergo - Titular - Povos Tradicionais de Matriz Africana</p> <p>Jonice Reis Procópio – Suplente - Povos Tradicionais de Matriz Africana</p> <p>Oscarino Aguiar Cordeiro – Titular - Caatingueiros</p> <p>Giselma Ferreira de Brito – Titular - Povos Indígenas</p> <p>Neli Martins de Souza – Titular - Congadeiros</p> <p>Sinval Alves da Silva – Suplente - Vazanteiros</p> <p>Edmundo Antônio Dias Netto Junior - Convidado Permanente Suplente - Ministério Público Federal -MPF;</p> <p>Adjanir Silva - Convidado Permanente Titular - Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial - CONEPIR;</p> <p>Vanilza Jacundino Rodrigues - Titular - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN</p> <p>Rosana Alexandre dos Santos - Titular- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA</p> <p>Gabriela de Brito Santos - Secretária Executiva CEPCT-MG;</p>
-----------------------------	--

Gabriela de Brito Santos cumprimenta a todos e prossegue com a chamada dos membros da Comissão. Verifica-se que há apenas 16 membros presentes, sendo que o quórum para a Plenária é de 18 membros. **Cléver Machado**, Presidente da CEPCT-MG inicia sua fala questionando aos presentes se estão de acordo em dar andamento à discussão iniciada na parte da manhã, por se tratar de uma reunião conjunta, com o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Uma pessoa que não se identificou pontua que não vê óbice em dar andamento à reunião, já que não possui caráter deliberativo. **Cléver Machado** sugere adentrar às propostas da pauta. Uma pessoa que não se identificou considera importante seguir de acordo com o que foi pactuado em relação às pautas e se comprometer em avançar na discussão, para não atrasar ainda mais. **Gabriela Brito** relata que faltam três pessoas que haviam confirmado presença: **Wendel Marcelino**,

Ivanilde Salomé e Olívia Saraiva. **Gabriela Brito** justifica que Ivanilde não poderá estar presente, pois houve um atraso no pagamento de suas diárias. **Marcelo Vilarino** pontua que seria importante uma manifestação bem precisa do estado de Minas Gerais em relação ao atraso no pagamento de diárias de membros que impossibilita suas presenças e o quórum, considerando a importância dessa reunião, e cobrar do estado para que de fato a Comissão funcione. **Cléver Machado** pergunta a **Gabriela Brito** quantas pessoas não receberam a diária a tempo e ela responde que uma pessoa não havia recebido ainda por problemas técnicos. Reitera que esse fato ocorrido é em função da compensação bancária. **Edmundo Antônio Dias Netto Junior** observa que, dada a importância do Colóquio, é uma oportunidade que não deve ser desperdiçada e devido ao esforço das pessoas para participarem da reunião, pontua que a reunião foi marcada muito em cima da hora e por essa razão, algumas pessoas podem ser prejudicadas em função de outros compromissos agendados. Reitera que é necessário mais atenção aos preparatórios que antecedem a reunião e que fique como aprendizado, assim que tiver a deliberação da reunião não deixar para a última hora, com vistas a favorecer a organização dos membros. Uma pessoa que não se identificou propõe debater as pautas elencadas, porém sem deliberação. **Jonice Procópio**, representante suplente do Segmento de Povos Tradicionais de Matriz Africana na CEPCT-MG, apresenta sua dúvida para a Comissão, ao perguntar se as justificativas contam para o quórum da reunião. Dr. **Edmundo Dias** faz uma analogia a uma sessão de julgamento a título de exemplo. Explica que quando um determinado desembargador justifica a ausência, nesse caso não há nenhuma consequência no âmbito administrativo para ele. Porém, no julgamento haverá um ponto que não terá o quórum e a sessão ficará suspensa. Dito isso, imagina que esse raciocínio talvez se aplique nesse caso, porém é viável verificar o Regimento Interno. **Letícia Horta** explica que as justificativas são somadas aos presentes para dar legitimidade e legalidade à reunião e se tornam imperativas. Relata que nos Conselhos Estaduais, as justificativas não se excluem e servem para instruir o Conselho mediante as faltas de participação dos membros. **Cléver Machado** sinaliza que a pauta precisa ser deliberada quanto ao processo de certificação. Solicita que **Gabriela Brito** informe as pautas. Ao que ela informa que a primeira pauta se refere à participação do presidente do Conselho Nacional. **Cléver Machado** propõe à Comissão seguir o que está elencado nas pautas e pergunta se há alguma objeção. Após a leitura, **Cléver Machado** passa a palavra para que os representantes do Conselho Nacional, Conselho Estadual e demais convidados, se apresentem. **Samuel Caetano**, representante dos geraizeiros em Montes Claros e Presidente do CNPCT, se apresenta e pontua que a ideia era conversar um pouco sobre o plano dos povos e comunidades tradicionais. Informa que, nesse mesmo momento está ocorrendo um encontro internacional para discutir sobre o plano de PCTs, na cidade de Paraty. Relata que está sendo debatido com as câmaras temáticas, a fim de tentar uma articulação com a Casa Civil sobre o plano dos PCTs. Está acontecendo nesse momento em Paraty, para debater o plano em articulação com a SENOD e possivelmente com a Casa Civil justamente para tracionar o Plano Nacional dos PCTS. Pontua que é um desafio muito grande e que esteve por quarenta dias em Brasília e nesse período foi criada a Secretaria de Povos Comunidades Tradicionais. Essa Secretaria, segundo **Samuel Caetano**, possuía cerca de quarenta servidores e atualmente só tem quatro que trabalham com a pauta dos PCTS. **Samuel Caetano** destacou que o momento atual não pode ser ignorado, devendo ser constantemente lembrado, pois a estrutura existente representa um grande desafio. Ele observou que o Governo Federal, especialmente em relação a essa pauta, tende a absorver recursos provenientes da filantropia. Apesar de estarem em um período de reconstrução, ressaltou que este ainda é um momento de resistência, marcado por ameaças ao Ministério. Ele também apontou que a estrutura do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) é complexa e relativamente nova, ainda em processo de compreensão pelos movimentos sociais. Samuel lembrou que o CNPCT possui caráter consultivo,

o que limita sua força de ação. Ele reiterou a importância do diálogo, da organização da sociedade civil e da consciência sobre o contexto das eleições municipais e suas implicações no cenário atual. Além disso, mencionou que a recorrente falta de quórum é um desafio enfrentado pelo Conselho. Samuel enfatizou a necessidade de avançar com o Plano Nacional, reconhecendo os desafios envolvidos, e destacou a importância de articular ações com outros Conselhos e Ministérios para fortalecer as iniciativas. Elogiou a interação entre o Conselho Nacional e a Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT) e sugeriu que, nas próximas reuniões, todas as Comissões e Conselhos sejam convocados para discussões conjuntas. Por fim, reforçou a importância de permanecer alinhado ao governo nesse processo, pois a política pública é essencial, e agradeceu antes de passar a palavra aos demais representantes. Santino Araújo, representante da comunidade de água doce e do CNPCT, lembrou que muitos direitos já foram conquistados — como os direitos da criança, do idoso, do adolescente, dos negros e dos indígenas —, mas ressaltou a necessidade de continuar lutando para defendê-los. Ele mencionou que diversos projetos governamentais, como os relacionados à merenda escolar e à agricultura familiar, estão sendo debatidos na Câmara Técnica com o objetivo de modificar o plano nacional, mas reconheceu que o maior desafio é atuar diretamente na base. Santino fez uma breve explanação sobre a realidade de vida dos vazanteiros e as dificuldades enfrentadas por essas comunidades. Ele destacou que é a base quem deve “levantar a bandeira” diante das adversidades, como o êxodo rural, o avanço do agronegócio que prejudica as nascentes dos rios e a chamada “indústria da seca”. Segundo ele, quanto mais as comunidades enfrentam fome, sede e necessidades básicas, mais oportunistas surgem para se beneficiar dessas situações. Santino concluiu reforçando que a base tem a obrigação de levar suas reivindicações até o conhecimento do governo. **Jaime Alves dos Santos**, representante dos vereadores do CNPCT, expõe que a luta da comunidade tradicional é pela tentativa de garantir o território. **Edilene Barbosa**, representante do quilombo do Japão, diz estar disposta a somar como conselheira e afirma estar satisfeita em fazer parte desse meio. Afirma que aprendeu bastante, o que possibilitou que ela compartilhasse seus conhecimentos à comunidade, uma vez que percebia nas pessoas uma carência de informações acerca de seus direitos, principalmente por que elas mal conseguiam ir à cidade. Atualmente, elas possuem mais conhecimento e sabedoria para lutar pelos seus direitos. **Camila Carneiro**, representante do Ministério do Desenvolvimento Social, trabalha com a pauta de segurança alimentar para povos e comunidades tradicionais. Atualmente exerce também a função de secretária da câmara temática de fomento de produção sustentável — que constitui um dos eixos do plano nacional. Se coloca à disposição para contribuir com informações a respeito do plano a que se refere. Uma pessoa que não se identificou perguntou qual seria o período de realização do plano nacional. **Camila Carneiro** explica que, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPT, instituída pelo Decreto nº 6040/2007, estava previsto a elaboração de um plano nacional e um plano setorial ou por segmentos (que foram descontinuados na gestão pós-golpe e Bolsonaro). Explica que na retomada desse plano, assim que a Comissão se transformou em Conselho de acordo com o Decreto nº 8750 de maio de 2016, mas logo na sequência a presidenta Dilma foi afastada. Então o Conselho foi instituído nesta fase de fragilidade política. Pontua que o Plano Nacional vai obedecer quatro eixos políticos: acesso a território e recursos naturais; de infraestrutura; de inclusão social e de fomento à produção de desenvolvimento sustentável. Somado a estes eixos previstos nos normativos, inclui-se o eixo de violação aos direitos humanos. Acrescenta que na reunião ordinária do CNPCT ocorrida em abril desse ano, foram instaladas as Câmaras Técnicas, que foram definidas de acordo com esses cinco eixos. A principal tarefa a ser desenvolvida no exercício de 2024, segundo ela, é propor ações, metas, órgãos responsáveis, parceiros e indicar ações orçamentárias a partir de cada eixo. Relata que a reunião da Câmara

Técnica tem sido na modalidade online e que estão preenchendo a planilha relativa ao Plano Nacional. Uma pessoa que não se identificou dirige a palavra a **Camila Carneiro** se referindo ao Plano Nacional e pergunta qual seriam os setores do governo federal que estão participando e qual a perspectiva de garantia orçamentária da execução das metas. **Camila Carneiro** reitera que o Ministério de Meio Ambiente e Mudança no Clima - MMA é que está à frente da elaboração do Plano Nacional, pois exerce a função de Secretaria Executiva do Conselho. Explica que trabalha no Ministério de Desenvolvimento Social - MDS e talvez não consiga responder algumas questões. Explica que atualmente as discussões com os órgãos governamentais se dão com órgãos que possuem assento no CNPCT. Estão na fase de primeira etapa de elaboração do Plano, discutindo dentro do Conselho com a sociedade civil e órgãos governamentais. Pontua que estão fazendo um mapeamento para aqueles órgãos que não possuem assento no Conselho, mas que possuem ações muito relevantes para as comunidades tradicionais. Explica que, para isso, o MMA contratou uma consultoria para auxiliar na elaboração do Plano, para que no próximo ano propor oficinas regionais para consolidar e ampliar a participação da sociedade civil. Complementa que em relação à questão orçamentária, raramente vai ser específico para as comunidades e povos tradicionais, embora nas normativas do programa conste a priorização para os PCTS. Uma pessoa que não se identificou observa que o Plano tem o caráter de uma retomada política, de ações políticas, pois nem o MMA tem orçamento. Pontua que, o que foi debatido no CNPCT, como estratégia política foi que já existem vários planos, se tem ou não orçamento, a verdade é que existem. Então, esse é um ponto a ser construído nem que seja sob o viés político. Continua sua fala, fazendo reflexões pessoais sobre a questão orçamentária. Considera muito importante que as pessoas que ocupam esses espaços precisam entender todo o processo da estrutura política brasileira. **Breno Trindade** relata que o projeto está sendo desenvolvido pela SEDE. “Uma coisa é o modelo indígena, outra é o modelo territorial quilombola, outra é o modelo de diversos povos - essa é uma preocupação”. A outra preocupação se refere à contratação de equipe, uma vez que vai ser por licitação e de que não tenham conhecimento sobre as especificidades de cada região. Informa sobre a duplicidade de compreensão de território coletivo tradicional e titulação individual. Sobre essa questão, explica que parece ser um projeto de regularização fundiária. Relata que, quando foi questionado sobre essa duplicidade, no caso de titulação individual que a área identificada seja de possível reprodução social e cultural das famílias. Quanto às áreas coletivas, explica que a intenção é que seja identificada por meio de estudos antropológicos. Pontua que quanto às comunidades veredeiras, seria possível sim, desenvolver estudos antropológicos mediante protocolo de consulta. Ainda, de acordo com esse protocolo uma rede de parceiros e colaboradores, incluindo-se o Ministério Público. **Rosana dos Santos** pontua que a SEDE solicitou o apoio do INCRA a estabelecerem parceria. **Rosana dos Santos** reforça sua fala ocorrida em uma dada reunião da Câmara Técnica. Sobre isso, relata que várias comunidades quilombolas entraram em contato com INCRA, devido à insegurança que essas comunidades foram recepcionadas pela SEDE. Justifica essa questão e explica que o principal fator se refere à falta de consulta prévia, livre e informada e de boa fé. Relata que o INCRA tem recebido cada vez mais ofícios, cita como exemplo a comunidade Croatá, informando da existência do relatório antropológico. Porém só é fornecido mediante atualização. Expressa o desejo de que esse debate seja realizado nessa Comissão e que se sente muito incomodada com essa situação. Considera que a Comissão deveria ser um espaço destinado a se fazer esses acordos entre os órgãos. Afirma que o INCRA enquanto convidado faz questão de comparecer, pois entende e respalda que a Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais seja um lugar de acordos institucionais entre INCRA e SEDE. Reitera que não percebe esse debate sendo realizado na Comissão. Abordam brevemente pontos do Decreto de 2018, em alusão a Comunidade da Lapinha afirma que segundo o entendimento do INCRA, o decreto não entra em

caducidade. Reforça que várias jurisprudências na esfera federal têm o mesmo entendimento sobre a não caducidade do decreto de comunidade tradicional. **Rosana dos Santos** não se recorda do número do decreto, mas informa que se trata do decreto que destinava à desapropriação da área de interesse social, para a comunidade quilombola de Lapinha. **Rosana dos Santos** esclarece que não está focada em fazer a defesa do decreto quanto à caducidade, mas solicitar à Comissão que este seria um lugar em que a SEDE e o INCRA poderiam debater o acordo de cooperação técnica, como um espaço legítimo. Ressalta que, é necessário incluir na lei da criação da Comissão, que é responsável em acompanhar essas regularizações fundiárias. Expressa que fica muito insegura a tratar qualquer assunto na SEDE, sem que o debate aconteça na Comissão. Conclui falando que era isto que o INCRA tinha a dizer nesse encontro e que boa parte dos órgãos do estado não se fez presente, devido a falta de quórum. O Dr. **Edmundo Dias** acrescenta a fala da **Rosana dos Santos**, dizendo que percebe uma estranheza nas tratativas da SEDE enquanto Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em tratar de questões territoriais de povos e comunidades tradicionais. Pontua que as comunidades tradicionais estão extremamente preocupadas com a abordagem realizada pela SEDE. Relata que as comunidades não têm conhecimento e ficam inseguras quanto aos recursos que estão sendo destinados. Explica que o território tradicional tem uma natureza coletiva. Esclarece que tratar dessa questão como loteamento é algo que não funciona, pois não é a natureza necessária para a própria reprodução social e física dessas comunidades tradicionais. Outro ponto que considera curioso, é que há muitos segmentos de povos e comunidades tradicionais. O estado de Minas é o terceiro maior em representação de quilombolas do país. Relata que a SEDE só tem procurado as comunidades, onde o INCRA está atuando com o RTID pronto. Pontua que as comunidades mais esquecidas, dos rincões mais distantes, não terem sido objeto dessas preocupações. Expõe que gostaria de entender qual o direcionamento utilizado pela SEDE, em procurar determinadas comunidades sem que elas estejam formadas, para eventualmente, refazer os limites de uma forma que não se sabe como serão os relatórios antropológicos que compõem o RTID (muitos ruídos em 1:21m). Conclui que considera que seja realizado um trabalho informativo melhor e concorda com a fala da **Rosana dos Santos**, sobre o espaço da reunião para discutir essas questões. Logo após, **Cléver Machado** solicita a **Gabriela Brito** que anote os nomes que estão com as mãos levantadas para falar na reunião. **Ramon**, da comunidade ribeirinha, relata que a comunidade não consegue participar dessas discussões de mapeamento e todas essas questões políticas de forma geral, pois há uma grande dificuldade. Diz que a informação chega à comunidade quando “a coisa” está acontecendo no final ou após já ter acontecido algo. Menciona sobre a audiência de demarcação realizada pela Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais – SPU/MG e informa que ficou sabendo da reunião da SPU, somente um dia antes já a noite e que a informação não chegou até às pessoas. Relata que as informações e questões referentes à proteção de rio, chega em forma de evento cultural, mas não chega nas práticas e por isso não há como interagir. Pontua que devido a isso, gerou um grande desconforto para todos os moradores, pois não há uma conexão entre as ações executadas e os pescadores artesanais. Conclui agradecendo por estar participando dessa reunião e lamenta não ter participado antes. **Nicole Faria**, representante do IEPHA, pontua que o Patrimônio tem uma ligação muito forte com o território. Pontua que muitas comunidades quilombolas também são detentoras de patrimônio e que a partir do registro de processo de comunidades de apanhadores de flores sempre vivas, o IEPHA iniciou com uma linha de salvaguarda para dar apoio para segurança territorial, por meio do apoio da elaboração de RTID dos relatórios antropológicos. Afirma que o IEPHA está articulado em prol da elaboração dessas peças técnicas. Reitera a fala da **Rosana dos Santos** no sentido de tentar criar uma agenda de discussões entre os órgãos na Comissão. Observa que, enquanto a SEDE não está com o mandato na Comissão, seria viável chamá-la como convidada especial para fins de auxílio.

Reafirma que é necessário ter um espaço de articulações entre os órgãos por meio da agenda de discussões. Considera importante chamar alguém do Patrimônio, servidor técnico que está na ponta a fim de prosseguir com as certificações. Relata que isso apoia muito o trabalho técnico e na defesa de direitos e no reconhecimento de identificação das comunidades. Segundo a opinião de **Nicole Faria**, a certificação deveria ser o “carro chefe” da Comissão e que é necessário se esforçar e criar estratégias. Informa que o IEPHA possui um banco de dados com aproximadamente sete mil bens imateriais identificados em Minas Gerais nos cadastros do Patrimônio. Pontua que esse é um material para a Comissão analisar. Conclui dizendo que a Câmara Técnica não dará conta de analisar a certificação sozinha, devido ao grande volume. Por isso, seria melhor solicitar auxílio de outras pessoas de fora, fazer Comissões para tentar acelerar esse processo. Relata que essa situação é muito difícil para as comunidades e também desafia o trabalho técnico, quando não há a identificação das comunidades; não têm conhecimento; não tem dados do Estado e do mapeamento. Conclui dizendo que é necessário que haja organização e diálogo em das ações que acontecem em cada órgão. **Giselma Ferreira**, representante dos povos indígenas, relata que é sua primeira participação presencial, mas que tem acompanhado o grupo. Expõe ao grupo algumas questões para reflexão, a saber: “Para que vai servir essa Comissão?”; “Qual será o objetivo dela, se daqui um tempo essa Comissão acabar?” Esclarece que os povos indígenas trabalham com o coletivo, mas às vezes os interesses individuais ficam de lado para que alcancem algo. Responde a fala de um colega, dizendo que os povos indígenas brigam e que foi criado a nível nacional dois grupos. Um grupo defende o coletivo, o povo, a identidade, o território. O outro defende a mídia, partido político. Afirmo que está do lado de quem defende o povo, o coletivo e acredita que a Comissão está aí para defender os interesses coletivos. Observa que cada um tem seus interesses particulares e que ela está defendendo o povo indígena de Minas Gerais. Afirmo que a partir do momento que faz parte da Comissão, que defende o coletivo comum para todos, é preciso buscar quais as principais necessidades para a defesa em conjunto, independente de qualquer comunidade e em qualquer lugar. Reforça que defende a continuidade de uma nação, de um povo, não importa o lugar que esteja. Opina que não se pode trabalhar o fascismo. Pontua que se utiliza dos benefícios do agro, de outras culturas, porém defende algo bem maior que é a sobrevivência. Cita o Plano Nacional e diz que é preciso que as pessoas entendam que não importa qual governo assuma, cujo interesse comum é desenvolvimento. Acredita que nunca será a minoria, a prioridade do governo, por que a cada governo é uma esperança nova, mas no final dele é uma decepção. Reitera que as pessoas possam entender e deixar de lado o interesse. Faz uma referência à fala de **Breno Trindade**, em que terá momento que haverá vários pontos de defesa de acordo com cada comunidade e que poderão se chocar. Relata que na maioria dos planos políticos é isso que acontece, ou seja, tomar partido. Pontua que não se deve tomar partido sobre algo que não se tenha certeza. Conclui falando que antes de serem povos indígenas, são humanos e que lutam por uma mesma causa – a sobrevivência e a continuidade da nação humana. Declara que está no movimento indígena e social, desde os quatorze anos de idade. Atualmente olha para o povo indígena nacional e diz que se “perderam no caminho”, pois estão buscando o mesmo interesse em comum de algumas pessoas que não buscam o coletivo, mas sim, o poder. Relata que tinha esperança que quando o povo indígena fosse representado no poder a situação mudaria, mas ficou decepcionada. Explica que de nada adianta perder o tempo, vir para uma sala fechada e ir para as bases se não tiver um objetivo. Pontua que é necessário traçar um plano sobre aonde se quer chegar, para a defesa em comum. Reforça que ainda “não estão levantando a mesma bandeira”, há muita diversidade cultural. Conclui dizendo que a “bandeira tem que ser única”, ou seja, a sobrevivência e a continuidade da nação humana e que é preciso também evoluir de verdade. **Tatiana Medeiros**, pontua sobre os processos de certificações dizendo que são extremamente importantes. Relata

que para os povos indígenas e quilombolas, já existe um certo arcabouço jurídico a respeito dessas certificações. Quanto aos demais é necessário fazer uma construção para conseguir defender os direitos da comunidade, com exceção do que versa o Decreto Estadual, explica. Relata que quando está disponível a certificação, facilita o trabalho do Ministério Público na defesa dos direitos. E quando não há uma legislação prevista expressa, dificulta ainda mais o trabalho a ser desenvolvido. Reforça a importância das certificações, fazendo a analogia como se fosse uma certidão de nascimento. Faz breves considerações sobre o trabalho realizado pela SEDE. Explica primeiramente, que antes era a SEAPA que fazia todos os processos de regularização fundiária, porém ia contra toda a linha de sobrevivência e modo de vida dos povos e comunidades tradicionais. Explica que houve uma separação no governo do Estado quanto à certificação no âmbito dos órgãos SEAPA e SEDE. A certificação individualizada a cargo da SEAPA e a coletiva, a cargo da SEDE (esse fato lhe causou estranheza). Observa que talvez devido a essa colocação equivocada, corre-se o risco de não ter profissionais com conhecimento necessário para lidar com as peculiaridades dos povos tradicionais. Prossegue fazendo um breve relato das atribuições do MP referente ao surgimento de projeto das RTIDs, além de explicar em linhas gerais sobre o processo de regularização fundiária apresentado pela SEDE. Ademais, fala que a pedido do Presidente da FUNAI, esse projeto fosse direcionado em prol das comunidades tradicionais, cujo objeto é a regularização, confecção de RTIDs. Pontua que a despeito da abordagem do governo do Estado em relação às certificações, os PCTS solicitaram uma reunião para discutir esse fato. Prossegue relatando alguns pontos dessa reunião específica e afirma que segundo a sua percepção, que o governo não soube fazer a abordagem adequada no tocante às especificidades dos PCTS. Afirma que a lógica empregada para abordar essa temática, foi de se contemplar apenas aquelas comunidades que apresentassem o pedido formal de organização. Ao observar essas divergências, a CIMOS sugeriu que fosse feita outra reunião para tentar dirimir essas questões relacionadas a PCTS. Informa que a questão levantada nessa reunião foi sobre a falta de conhecimento local de algumas comunidades tradicionais, o que considera ser uma questão difícil de ser superada. Embora algumas comunidades tenham apoio técnico de pesquisadores na elaboração de RTIDs. Explica que no Estado, em regra, a possibilidade é de se fazer licitação. Resta então, acertar alguns requisitos mínimos que as empresas contratadas vão ter que observar para executar o trabalho. A partir disso, a outra questão é de disponibilizar ou não o material que já está concluído. Explica que se o material não for disponibilizado, há a possibilidade de uma nova contratação. Dando sequência à fala de Dra. **Tatiane Medeiros, Rosana dos Santos** expõe que o INCRA não se recusa a disponibilizar o material. A questão é que as comunidades se sentem inseguras e por isso é necessário uma consulta prévia a estas. **Rosana dos Santos** prossegue dizendo sobre uma questão apontada por Dr. **Edmundo Dias** que versa sobre os relatórios antropológicos. Pontua que várias comunidades já possuem esse relatório concluído, cita o caso da comunidade de Lapinha. Explica que foi acionado é de que seria necessária uma complementação, deixando a comunidade com muita dúvida. Observa que a partir do momento que o RTID se torna público, qualquer órgão tem direito ao acesso. Comenta sobre a viabilidade de parceria entre Estado e INCRA com relação ao relatório antropológico que tem dado certo, inclusive em outros Estados do Brasil. Pontua que um órgão federal não pode fiscalizar o trabalho de um órgão estadual e vice-versa. Neste sentido, **Rosana dos Santos** discorda da questão já citada sobre a atualização do relatório antropológico, pois se trata da própria história da comunidade, restando a dúvida sobre essa complementação – quais seriam os parâmetros e critérios? **Cléver Machado** pontua que a melhor forma seria estabelecer um diálogo em nível institucional para acertar as “arestas”. O Dr. **Edmundo Dias** pondera que não faz sentido permitir que o Estado (faz referência a SEDE) escolha a comunidade em que esteja com o processo mais avançado. Explica que esse fato, pode implicar em um pior aproveitamento desses

recursos essenciais. Essa escolha, segundo sua opinião, deveria ser dos povos e comunidades tradicionais. Reitera que discorda de se deixar à margem da história uma comunidade que, por não possuir ainda o RTID completo, em detrimento de outra comunidade mais organizada. Uma pessoa que não se identificou complementa que tem recebido muita proposta de emenda parlamentar para a confecção de peça técnica de regularização fundiária. Percebe que há uma certa pressão e insegurança dessas comunidades sobre essa questão. Explica que a estratégia criada seria exigir que todos os pesquisadores quilombolas sejam da comunidade, de forma a acompanhar as etapas do processo e exigindo a oficina de direitos territoriais. Reforça que as oficinas são ferramentas de consulta mais ampla para as comunidades. **Rosana dos Santos** faz um breve comentário a respeito de recebimento de ofícios por parte das comunidades, referentes a prazo sobre regularização fundiária. **Breno Trindade** pontua sobre as certificações e relata que quando se segue o rito de consulta às comunidades, é possível um direcionamento adequado dos pesquisadores. Explica que o relatório é colocado para a avaliação da comunidade e a partir dos protocolos é possível obter assessoria de pesquisadores para auxiliar na validação dos territórios. Pontua que a própria noção de certificação ou de comunidade é limitada, a depender do contexto de território. Conclui falando que a escuta às comunidades é essencial para a preservação do recurso público e na eficácia das ações propostas. **Orlando Santos** pontua sobre as diferenças de modelo de território coletivo e individual e cita o exemplo em que uma determinada comunidade não aceitou a demarcação de território coletivo, pois aceitam o território como o uso, mas cada uma em suas áreas individuais. Afirma que essa demarcação tem que ser feita de acordo com o pedido da comunidade. Pontua que se deve pensar na gestão, explica que mesmo em um território pequeno não é fácil fazer a eleição e no território grande se torna mais difícil ainda. Relata que é inviável realizar o protocolo de consulta devido ao fato de algumas comunidades não participarem de nada e não terem conhecimento do assunto a ser tratado. Afirma que poucas pessoas comparecem à reunião e por isso, as comunidades devem ser acompanhadas desde a base para propiciar um entendimento em comum, ou seja, “falar a mesma língua”. Reitera a importância da responsabilidade da Comissão no atendimento às comunidades de forma geral e da escuta às necessidades. Considera inadmissível que alguém de fora fale pelas comunidades. **Kelly da Silva** expõe que seria ideal que pesquisadores das Universidades, como exemplo UNIMONTES e UFMG que representam o governo na Comissão e que tem afinidade e afetuosidade com a temática de PCTs, possam atuar e serem inseridos melhor nesse processo. Isso se justifica, segundo ela, pelo fato de que no processo licitatório, as pessoas não têm relação nenhuma com as comunidades. Afonso expõe que na comunidade ribeirinha, no município de São Francisco, as demandas são apresentadas na Associação e que às vezes se confundem com as questões das Entidades. Pontua que a comunidade costuma levar muitas questões colocando a responsabilidade à cargo da Associação e por esse motivo as situações não são bem definidas, ficando sem referência em como lidar com as questões como comunidade tradicional - ao contrário da comunidade quilombola. Segue comentando sobre as demarcações e atualizações, pontua que deveria ser feita de modo coletivo, porém dividido internamente para não criar conflitos, pois está sempre em modificação. Conclui dizendo que a questão coletiva e individual deveria ser revista. Jorge expõe a dúvida aos presentes sobre a comunidade quilombola do Onça. Afirma que possui a certificação do Quilombo dos Palmares, mas não conseguiu regularizar a demarcação do território. Uma pessoa que não se identificou explica brevemente o passo a passo sobre o processo de regularização fundiária, realizado pelo INCRA até obter o resultado final da certificação. Relata que ainda não pode garantir que a comunidade supramencionada será contemplada, mas é uma questão que poderá ser discutida. Uma pessoa que não se identificou, complementa dizendo que é necessário que a comunidade manifeste ao INCRA após a certificação, o desejo da representação fundiária. Explica se assim não o fizer,

corre o risco de a comunidade ficar na lista de espera e assim a demanda não será priorizada, devido à escassez de recursos e número reduzido de servidores. Reforça que a manifestação pode ser via ofício ao INCRA; ou por intermédio de assembleia ou a própria associação da comunidade manifestar o interesse. **Camila Carneiro** aproveita a oportunidade para informar à Comissão, que o Ministério de Desenvolvimento Agrário instituiu uma Portaria que trata do Programa de apoio ao acesso à terra, ao território e à proteção sócio –territorial dos povos e comunidades tradicionais. Pontua que o MDA em parceria com o CNPCT estão organizando seminários regionais, cujo objetivo é discutir junto aos representantes dos PCTs, governos estaduais e reunir subsídios para avançarem em normativas a respeito do processo de regularização fundiária das áreas de ocupação tradicional. O foco principal desses seminários é territórios tradicionais que não possuem normativas próprias para a regularização territorial. Afirma que há uma grande quantidade de povos e comunidades tradicionais que não tem normativas próprias para a garantia da regularização territorial. Esses seminários acontecem por regiões: Nordeste, Norte e no ano que vem será na região Sudeste (não há data e nem local definido ainda). Informa conforme a solicitação de um participante da reunião, que a Portaria mencionada é a Portaria MDA nº 32, de 08 de agosto de 2024. Alguém que não se identificou faz breves comentários sobre o histórico da comunidade de matriz africana e afirma seu descontentamento por considerar que ainda são esquecidos e excluídos da sociedade. Diz: “Cada pedaço de chão tem um sangue nosso, uma fala nossa, tem um sofrimento nosso e a gente não é visto”. Relata que não estão inseridos na política em todo o Brasil, embora a existência de seu povo remete à época de 1530. Pontua que além de se tornarem invisíveis aos olhos da sociedade querem tirar a ancestralidade, porém afirma que “existem em nome de todos os nossos antepassados, de todas as etnias e estão aqui por causa deles”. **Everton de Paula**, professor da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha, fala brevemente sobre sua tese de pós-doutorado, que discorre sobre a cartografia das experiências de turismo de base comunitária em Minas Gerais. Relata que a Comissão Estadual precisa entender como se posicionar diante de um movimento que vem acontecendo no Brasil, nos últimos vinte anos. Pontua, de como o turismo de base comunitária tem sido uma estratégia dos povos e comunidades tradicionais para a defesa de seu território, da sua identidade, de sua história, das paisagens e da cultura. Prossegue com breves considerações sobre a política de base comunitária. **Cléver Machado** agradece a fala do professor e informa aos presentes sobre o processo de certificação dos PCTs. Relata que as certificações estão sob a análise da Superintendência, aguardando a aprovação. Afirma que é necessária a participação de cada representante dos PCTs para a visita técnica e para dar celeridade às certificações. Reforça a importância da colaboração de todos e sabe que das dificuldades que podem se apresentar em se fazer a visita. Diz que irá fazer um cronograma de visitas no decorrer desta semana, em algumas comunidades às quais **Orlando Santos** representa. Conclui sua fala agradecendo a presença de todos.

Gabriela de Brito Santos

Secretária Executiva

**Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais -
CEPCT-MG**

Cléver Alves Machado

Presidente

**Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais -
CEPCT-MG**



Documento assinado eletronicamente por **Clever Alves Machado, Diretor(a)**, em 30/12/2024, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Brito Santos, Servidora Pública**, em 07/01/2025, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **98228667** e o código CRC **F40B4AA7**.

Referência: Processo nº 1480.01.0010896/2023-76

SEI nº 98228667